

Em entrevista concedida ao correspondente deste jornal em Nova York, e publicada ontem, o senhor Jay H. Newman, um consultor americano na área de bancos de investimento, acusou o Brasil de negociar mal sua dívida, fazendo uma análise de que nosso país falha ao não apontar com clareza aos credores o que vai acontecer na economia e com nossa moeda. Acredita ainda que podemos conseguir uma renegociação muito mais favorável que o acordo mexicano, sendo que o melhor caminho seria que entregássemos a especialistas no assunto a responsabilidade da renegociação, que supõe este senhor sejam os bancos de investimentos.

Em primeiro lugar somos obrigados a concordar com o insigne entrevistado quanto à afirmação de que negociamos mal nossa dívida, porém não podemos aceitar que a boa forma de negociação começaria por informar corretamente aos credores o estado real e as perspectivas de nossa economia interna. Essa tarefa parece-nos impossível, visto que nossas autoridades não conseguem apontar horizontes mais largos nem mesmo aos empresários e trabalhadores brasileiros.

Reduzir os pagamentos externos

No entanto nos parece que, mesmo que fosse possível elaborar relatórios precisos sobre nossa situação e potencialidades, eles não teriam muito interesse por parte dos nossos credores. Em nenhum momento houve qualquer preocupação das agências internacionais ou bancos comerciais em saber realmente das potencialidades econômicas brasileiras, entendendo-se estas como a nossa capacidade de crescimento e modernização.

Para nossos credores a única linguagem de interesse resumiu-se em saber de nossa capacidade de pagamento do serviço da dívida ou, em outras palavras, acertos internos, que, comprometendo o que fosse, obrigassem o País à remessa de capital líquido ao exterior, sem a contrapartida de refinanciamentos. Este é o único ponto de interesse dos credores internacionais, que para isso se utilizam de todo um teatro internacional, onde participam governos e agências multilaterais de crédito,

que ao final devem apenas garantir este princípio.

Assim aconteceu por várias vezes, quando assinamos cartas de intenções com o FMI, que jamais foram cumpridas, mas que, no entanto, foram aceitas internacionalmente, pois que traziam embutida a garantia dos pagamentos externos. O Brasil caracteriza-se como a economia que menos recebe e mais contribui para o sistema financeiro internacional. Apenas por um curto período nos últimos anos houve uma modificação na forma de renegociação de nossa dívida, que se caracterizou pela moratória de 1987.

No atual período, depois de suspendermos a moratória através do pior acordo já feito pelo Brasil, estamos novamente diante do impasse, onde a teatralidade das relações se impõe mais uma vez. O Brasil suspendeu os pagamentos externos, num ato de proteção das reservas — ato ademais extremamente corre-

to —, porém nem de longe o caracteriza como moratória. Por outro lado pede recursos aos banqueiros para fazer frente a compromissos futuros; estes, por sua vez, fingem pensar no assunto, mas dificilmente darão alguma coisa, porque sabem que o devedor não paga. Ou seja, todos fingem e não resolvem o problema.

Portanto, acreditamos não se tratar mais de descobrir-se uma fórmula milagrosa para resolver o que se caracterizou como o "problema da dívida externa". Pouco importa se "A" ou "B" é que melhor negociarão, ou muito menos a maneira como isso acabará por se fazer. Acreditamos mesmo que não cabe ao Brasil, ao menos unilateralmente, achar uma solução que deva servir às duas partes.

O básico e fundamental é que, enquanto não reduzirmos drasticamente os encargos de nossa dívida externa, estaremos comprometendo toda e qualquer meta de crescimento ou equacionamento de nossa economia, sendo, portanto, impossível, como quer nosso entrevistado americano, apontar qualquer perspectiva séria de cenário futuro, sem que estejam minimamente esquematizados, dentro desta lógica, nossos compromissos externos.